

ANEXO I A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 8942/2018**REQUERIMENTO DE CONCILIAÇÃO****1. IDENTIFICAÇÃO DO PRECATORISTA (CREDOR ORIGINÁRIO)**

NOME:		
CPF/CNPJ:	RG:	
ENDEREÇO		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE: ()	E-MAIL:	

ADERIU A 1ª OU À SEGUNDA RODADAS DE NEGOCIAÇÃO DE PRECATÓRIOS, NOS TERMOS DO DECRETO Nº 5.007/2012 OU DO DECRETO Nº 3.124/2015?

SIM NÃO

2. IDENTIFICAÇÃO DO ADVOGADO

NOME:		
CPF:	OAB:	
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE: ()	E-MAIL:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PRECATÓRIO

Nº DO PRECATÓRIO:	Nº DOS AUTOS OU PROCESSO:
TRIBUNAL:	
JUÍZO/VARA:	
VALOR ORIGINÁRIO DO CRÉDITO/PRECATÓRIO:	
DATA DE INSCRIÇÃO DO PRECATÓRIO/ DESPACHO DO JUIZ: ____/____/____	

4. DOCUMENTAÇÃO ANEXADA

DOCUMENTO	STATUS
a) Certidão expedida pela Vara atestando a certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade do crédito, bem como inexistência constrição e cessão do crédito, bem como cópias, em meio físico ou eletrônico, de documentos que permitam a correta individualização do crédito, entendendo-se como imprescindíveis, para este fim, aqueles que formam o título executivo (sentença e acórdãos, inclusive da fase de liquidação e embargos/impugnação à execução), decisões de homologação de cálculos, os próprios cálculos realizados no processo de liquidação/execução e aqueles efetuados após a expedição do precatório, a título de atualização deste.	
b) Original ou cópia autenticada de certidão expedida pelo Distribuidor atestando inexistência de ações ajuizadas contra o credor com vistas à impugnação do crédito, como ação rescisória ou <i>querela nullitatis</i> .	
c) Procuração, com firma reconhecida, que contenha, além dos poderes intrínsecos à cláusula ad judicia, os poderes específicos para transigir e dar quitação, e que mencione o processo e o precatório objeto da conciliação.	
d) Comprovação, mediante certidão do Cartório, de que o requerente litiga em causa própria, ou que seu crédito é de honorários sucumbenciais e a ele pertence.	
e) Comprovação, mediante certidão do cartório e juntada de cópia autenticada de peças processuais, que o crédito do requerente decorre honorários contratuais e a ele pertence, e que houve juntada do contrato antes da expedição do precatório.	
f) Cópia do contrato constitutivo de sociedade de advogados, no qual esteja especificado quem é o representante legal da sociedade, bem como cópia autenticada do documento oficial	

de identidade do representante legal da sociedade de advogados.	
g) Requerimento formal de desistência do pedido de conciliação realizado nos termos do Decreto nº 5.007, de 22 de junho de 2012, quando assim optar o postulante.	
h) Dados Bancários para depósito (Banco, Agência e Conta).	
i) No caso de sucessão causa mortis, documentos que comprovem o atendimento às exigências contidas no § 2º do art. 1º do Decreto.	
j) No caso de pessoas jurídicas, procuração atualizada, outorgada por quem, efetivamente, tem poderes para tanto; bem como cópia do ato constitutivo da sociedade requerente; cópia de todos os atos (alterações) societários, atualizados e registrados na Junta Comercial ou na OAB/PR, conforme o caso; Certidão Simplificada da Junta Comercial (S/A e Ltda.); e Certidão Simplificada ou Documento Equivalente da OAB/PR, no caso da Sociedade de Advogados; e, ainda, autorização expressa para celebração de acordo com deságio de 40%, nos termos deste Decreto (do Conselho de Administração para a S/A com capital aberto; e, de todo o corpo societário para S/A de capital fechado, Ltda. e Sociedade de Advogados).	
k) Outros (especificar):	

OBS: Assinale com "X" a documentação anexada ou insira "N/A" quando não aplicável

5. PROPOSTA DE ACORDO

Ilustríssimos Membros da Câmara de Conciliação de Precatórios – 3ª Rodada de Negociações

(nome da pessoa física ou jurídica requerente), devidamente qualificado(a) (item 1), por meio de seu advogado (item 2), vem manifestar interesse em aderir ao regime de conciliação de precatórios estabelecido pelo Decreto nº 8942 de 2018, com vistas ao recebimento dos valores constantes do item 4 supra.

O requerente declara ter anexado ao presente toda a documentação exigida pela legislação aplicável à matéria (item 5).

Pede deferimento.

Curitiba, ___ de _____ de ____.

PRECATORISTA	ADVOGADO
---------------------	-----------------